*Artigo

RGA e LRF

A discussão sobre a Reposição Geral Anual é o tema do momento no Estado.

O Governo alega que não tem condições de pagar o reajuste de 11.27% aos funcionários do Executivo. Diz que, se fizer, não teria dinheiro para o salário dos funcionários.

Não nega pagar, só que não teria condições de fazer agora.

Uma pergunta: se não se paga o RGA neste ano, ele acumula para o próximo? Já pensou ter que pagar algo como 20% em 2017 de RGA?

Os que defendem o reajuste mostram que a receita no estado cresceu 6% a mais que no ano passado. Os funcionários falam em greve se não receberem aquilo que a lei determina.

O Governo apresenta contas e mostra que a arrecadação não segue os gastos com a folha. Que de 2007 a 2015 a despesa com pessoal cresceu 230% e a receita 156%. Os sindicalistas pedem também a diminuição dos cargos comissionados.

O Governo alega que 77% deles são efetivos e que eles representam apenas 1% da folha.

Há um cipoal de interpretações jurídicas sobre o assunto. Cada lado encontra respaldo para suas teses.

A lei tem base constitucional e diz que se tem pagar o RGA. Não é aumento salarial, é reposição pela inflação.

Tem até norma que diz que o poder público, se não tiver recurso, crie imposto ou diminua gastos, mas que pague.

No setor privado se pode ir à Justiça do Trabalho para reposição salarial. No serviço público, apesar da lei, tem lugar que paga, outro não.

O Governo também tem sua base legal. Alega que deve cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que também tem suporte constitucional.

Se passar de 49% com a folha (hoje está em 50.2% e se pagar o RGA poderia ir para 54%) terá problemas com o governo federal, nos repasses de recursos e principalmente em não ter autorização para empréstimo.

A Justiça não definiu ainda claramente que os Executivos devem obedecer ao pagamento do RGA. Tem lugar que faz, outros não.

É aí que ocorre a defasagem dos salários. Qualquer dos lados pode ir à Justiça e o imbróglio vai demorar a ser definido.

Mas o assunto trouxe outros fatos ao debate. Aumentou o tom das falas em taxar o agronegócio ou usar o exemplo do Mato Grosso do Sul de que uma parte das commodities não seja exportada e pague ICMS.

Aumentou também o discurso de que o repasse aos poderes e correlatos teria que ser revisto para adequar à realidade do momento. Que estaria sobrando dinheiro aos poderes. Falam também em rever ainda mais os incentivos fiscais.

Também se argui que teria que ser revisto o tamanho do estado. Ou que a folha salarial não pode crescer mais que a arrecadação. Que as reposições salariais seriam dadas pelo percentual de aumento do ICMS no ano.

Era o que previa a tal Lei de Eficiência Pública, que não foi em frente.

ALFREDO DA MOTA MENEZES é historiador e analista político em Cuiabá.

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA
Propriedade da E. Tormes & Cia. Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997
ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Parque Mansões • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501
CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal.
Tiragem total: 1,5 mil exemplares
ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
Evertton Matheus N. Campos
DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
PUBLICIDADE LEGAL
GRÁFICA
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07
CONTATO
adm@diariodaserra.com.br
65 3326-4724
CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br
www.ds.jor.br

*Curtas

Vara da Justiça

O deputado Valtenir Pereira esteve em reunião de trabalho com o desembargador e presidente do Tribunal Regional Federal - 1ª região, Hilton Gomes de Queiroz, para tratar da consolidação de uma Vara da Justiça Federal para o município de Tangará da Serra. Estiveram presentes também representantes do município, como o vereador Rogério Silva, o presidente da OAB Kleiton Carvalho, o conselheiro Josemar Carmerino e o secretário-geral adjunto da OAB Nacional, Ibaneis Rocha.

Em Tangará

Em Tangará da Serra o encontro está marcado para amanhã, 20, no auditório da OAB, à tarde. Sobre este assunto, o governo do Estado apresentará uma proposta ao Fórum sindical no início do mês de junho. A data foi anunciada durante reunião com servidores públicos estaduais de diversas categorias. Na ocasião, ele reafirmou a importância do diálogo direto com os servidores, avaliando-os como o bem mais valioso que o Estado possui.

Unidade Avançada

O município, que já conta com uma Unidade Avançada de Atendimento (UAA), está com aproximadamente 7 mil processos parados devido a um conflito de competência entre a justiça estadual e federal. O deputado sugeriu ao desembargador Hilton que um juiz federal de Cuiabá fosse cedido para Tangará no intuito de dar celeridade aos trabalhos. "Enquanto o novo juiz trabalha para descongestionar os processos, já vamos fazer iniciar uma gestão para garantir a Vara Federal para o município".

Mais

Modesto enfatizou que a administração está buscando aumentar receitas, a fim de que se consiga reduzir o limite, já extrapolado, da Lei de Responsabilidade Fiscal e reduzir os gastos internos. O gestor lembrou ainda que a falta de planejamento na aprovação de leis de carreiras em anos anteriores, sem serem precedidas de estudos de impactos financeiros, contribuíram para o desequilíbrio no gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida.

Necessidade

Na reunião, assim como já vinha relatando, o conselheiro Josemar acentuou a necessidade de haver uma Vara na região. "Sinop tem 140 mil habitantes e já tem duas Varas. Rondonópolis, com 180 mil, já está indo para a segunda. Tangará que tem cerca de 120 mil precisa de sua Vara também". A UAA do município oferece serviços como execução de perícias e audiências de conciliação e instrução e julgamento, emissão de certidões, fornecimento de informações processuais, dentre outros.

Visita Especial

O prefeito de Nova Olímpia, Cristovão Masson recebeu na última semana a grata visita de 20 alunos da Escola Especial 'Dante de Oliveira' que além do gabinete do prefeito, conheceram os demais setores da Prefeitura Municipal. A iniciativa de trazer os alunos a Prefeitura e mostrar o seu funcionamento partiu das professoras Maria Solange, Euzenir Angélica, Cenilda Carvalho e Maria de Lourdes e ADI Sandra Andrade. O intuito foi de garantir, cada vez mais, autonomia aos alunos.

RGA

O secretário de Estado de Gestão, Júlio Modesto, visitará sete municípios polos para apresentar aos servidores públicos estaduais dados da economia de Mato Grosso e esclarecer sobre receita e crescimento da folha de pessoal e o pagamento do Reajuste Geral Anual (RGA) dos servidores estaduais. As cidades visitadas, entre esta quarta até a próxima segunda-feira, 23, serão Confresa, Alta Floresta, Barra do Garças, Sinop, Rondonópolis, Tangará da Serra e Cáceres.

Nova Olímpia

Os alunos conheceram o local onde o prefeito trabalha e decide os rumos do município e aproveitaram para fazer diversas perguntas e ainda tiraram várias fotos. O prefeito Cristovão elogiou a iniciativa da equipe, agradeceu a presença dos alunos e falou da sua felicidade em receber a todos, destacando que é muito importante essa interação com pessoas tão especiais da comunidade. "As portas da Prefeitura estarão sempre abertas para receber escolas e entidades".

*Bastidores da Política

Discussão RGA

O Governo de Mato Grosso elaborou um levantamento com as 10 principais dúvidas dos servidores estaduais referentes ao Reajuste Geral Anual (RGA). O RGA, previsto em 11,28% este ano, não poderá ser pago na folha de maio sob pena de atrasar a folha de pagamento do funcionalismo público, prejudicando os próprios servidores, além do comércio e economia de todo o Estado.

Receita

Além da conversa com os demais poderes, no intento de reduzir os valores repassados, o Estado também tem trabalhado outras medidas para aumentar a receita e reduzir as despesas, de modo a reequilibrar as contas. Este é outro item apontado pelo quadro elaborado pela Secretaria de Gestão. O Estado trabalha na divulgação deste quadro por meio da imprensa, redes sociais e outros canais de comunicação interna.

Desequilíbrio

Neste sentido, para esclarecer as dúvidas dos servidores e de toda a população em Mato Grosso, a Secretaria de Gestão criou um quadro que explica de maneira objetiva os motivos que levaram o Governo do Estado a tomar a decisão de não aplicar o RGA imediatamente. Entre as questões, a secretaria explica a atual situação de desequilíbrio fiscal em que o Estado se encontra.

Ministro Maggi

O ministro Blairo Maggi (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) recebeu secretários de Agricultura de 10 estados e do Distrito Federal nesta quarta-feira. Eles pediram a abertura de um canal direto com o ministério e o fortalecimento das políticas de irrigação e florestas plantadas, conservação do solo e infraestrutura rural, além do treinamento de fiscais federais agropecuários.

Explicações

"Nos últimos oito anos (com exceção de 2013), a despesa com pessoal cresceu mais que a receita do Estado. Em 2014, por exemplo, foram aprovadas 31 leis de carreira prevendo aumentos salariais. A receita cresceu 12% e a despesa de pessoal 19%. Em 2015, a receita cresceu 'apenas' 6%, mas a despesa cresceu 15%, isso porque foram cumpridas várias leis de carreira aprovadas na gestão anterior", explica o trecho.

Suspensos

A Secretaria de Estado de Educação (Seduc) suspendeu os contratos administrativos licitatórios de 16 obras de construção e reformas de escolas em Mato Grosso, e que são objeto de investigação do Gaeco. Os contratos suspensos somam o montante de R$ 20 milhões. No último dia 3, o Gaeco deflagrou a Operação Rêmora, que investiga suspeitas de fraudes em licitações e pagamentos de propina a partir de contratos na Seduc.

Repasses

Outro ponto de questionamento que surgiu é em relação ao repasse que o Executivo é obrigado a fazer, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, a outros poderes. O Poder Executivo somente poderá alterar o valor se for alterada a LDO. Por isso, a equipe econômica do Governo realizou agendas em abril e maio com todos os Poderes, apresentando a situação econômica do Executivo e negociando uma possível redução nos repasses.

Seduc

A suspensão dos contratos, pelo prazo de 60 dias, foi determinada pelo secretário interino da pasta, José Arlindo de Oliveira Silva. Ele disse que a suspensão dos contratos tem por objetivo a apuração de eventuais irregularidades relacionadas aos procedimentos e contratos das obras. O secretário determinou ainda a criação de uma Comissão de Fiscalização da pasta para a realização dos trabalhos.

Fávaro busca abertura de diálogo com Governo Federal

O governador em exercício Carlos Fávaro cumpriu agenda em Brasília, a pedido do governador Pedro Taques que está nos Estados Unidos em encontro com empresários, bancos e fundos de investimentos que podem contribuir com desenvolvimento e crescimento de Mato Grosso. "A nossa visita a alguns dos novos ministros, visa aproximar e estreitar o relacionamento. Os encontros são com a intenção de trazer melhorias ao Estado de Mato Grosso, por meio de repasses de recursos, parcerias. É uma forma também de entendermos melhor a situação do governo, para sabermos como podemos buscar essas melhorias e cobrar também".

Fávaro cumpre a agenda